

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais

DANIELA BENTO

Evolução da Agropecuária no Estado de Santa Catarina
Estudo dos Censos Agropecuários de 1970 a 2006

Florianópolis, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA - CNM 7107
PROJETO DE MONOGRAFIA PARA EXECUÇÃO NO SEMESTRE 2017.2

EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA
ESTUDO DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1970 A 2006

Aluno (a): Daniela Bento

Assinatura:

Matrícula: 13203940

Telefone e e-mail:

Orientador: Dr Luiz Carlos de Carvalho J.

De acordo:

Entrada na Secretaria do Departamento de Econômica

Em/...../.....

Florianópolis, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 à aluna Daniela Bento na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr Luiz Carlos de Carvalho Júnior
Orientador

Prof. Dr. Fernando Seabra

Prof. Dr. Fred Leite Siqueira Campos

AGRADECIMENTOS

Ao sistema em que vivemos, por se demonstrar tão desigual e com deficiências, que me motiva a estudá-lo, para que possa, cada vez mais, criticá-lo.

A mim, por me permitir ser essa pessoa que sonha.

A minha mãe, por me fazer entender o que é amor.

Ao Bernardo, por sua imensurável ajuda e parceria, e por ser minha fonte de inspiração.

Ao meu irmão, por ter me salvado em momentos necessários.

Aos meus tios, beti e Orestes, por facilitarem minha vinda para Florianópolis.

Ao professor Luiz Carlos, por ser tão acessível e compreensivo.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Econômica tem como objetivo analisar a evolução da agropecuária no Estado de Santa Catarina. Para tanto, foram utilizados os dados fornecidos pelo IBGE através dos Censos Agropecuários o que possibilitou um maior aprofundamento dos estudos, com base nos anos de 1970 a 2006. Através destes dados foram montadas tabelas, com intuito de fazer um comparativo entre os anos estudados, das principais variáveis que englobam a estrutura fundiária, o avanço tecnológico, a utilização de terras e o pessoal ocupado. A agropecuária catarinense tem grande destaque, não somente no âmbito regional, mas também no nacional. Destacam-se dentro deste segmento a agricultura familiar, baseada em propriedades de menor porte, principalmente se comparada ao restante do país. Os grandes destaques produtivos apresentados pelo Estado são a produção de suínos, aves, maçã e cebola.

ABSTRACT

This graduation conclusion work in Economic Sciences analyzes the evolution of agriculture in the state of Santa Catarina. For that, was used the data provided by the IBGE through the Agricultural Census, which allows for a more in-depth study of the studies, based on the years from 1970 to 2006. Through these data, tables were set up with the purpose of comparing the years studied, of the main variables that comprise the land structure, the technological advance, a land use and occupied personnel. The catarinense agriculture has great prominence, not only regional, but also national. They stand out within the segment of a family agriculture, according to the establishment of smaller size, mainly if compared to the rest of the country. The major highlights produced by the state are the production of pigs, poultry, apple and onion.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Grupos de área total – Brasil e Santa Catarina.....	20
Tabela 2 - Condição do produtor em relação às terras - Santa Catarina.....	22
Tabela 3 - Pessoa que dirige o estabelecimento, por local de residência.....	23
Tabela 4 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos, por sexo - Santa Catarina.....	24
Tabela 5 - Estabelecimentos com empregados temporários contratados no ano.....	25
Tabela 6 - Utilização das terras nos estabelecimentos - Santa Catarina.....	27
Tabela 7 - Estabelecimentos com uso de adubação, por produtos utilizados.....	30
Tabela 8 - Uso de agrotóxicos nos estabelecimentos - Santa Catarina.....	31
Tabela 9 - Uso de força utilizada pelos estabelecimentos - Santa Catarina.....	32
Tabela 10 - Meios de transporte utilizados pelos estabelecimentos - Santa Catarina.....	33
Tabela 11 - Tratores existentes nos estabelecimentos, por potência - Santa Catarina.....	34
Tabela 12 - Efetivo da pecuária em 31.12 - Santa Catarina.....	36
Tabela 13 - Posição da produção vegetal de Santa Catarina no Brasil – 2015.....	39
Tabela 14 - Produção principais produtos da lavoura temporária - Santa Catarina.....	40

Lista de Quadros

Quadro 1 - Principais produtos do setor agrícola do Estado de Santa Catarina, por mesorregião e principais municípios.....	8
--	---

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
1.1 Tema E Problema De Pesquisa.....	3
1.2 Objetivos.....	5
2 METODOLOGIA.....	6
3 A AGROPECUÁRIA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	7
3.1 Características da Agropecuária	7
3.2 Funções Desempenhadas Pela Agropecuária no Desenvolvimento Econômico.....	10
3.3 Surgimento e Desenvolvimento da Agropecuária	13
4 EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA	19
4.1 Sobre os Estabelecimentos e Produtores Agropecuários.....	20
4.2 Pessoal Ocupado.....	24
4.3 Utilização das Terras	26
4.4 Uso da Tecnologia	29
4.5 Produção da Pecuária.....	35
4.6 Produção Vegetal.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A economia do Estado de Santa Catarina desempenha fundamental papel dentro do contexto nacional. Atua, de forma ativa, na produção de riqueza do Brasil, estando entre as dez principais economias do país. O Estado possui um cenário econômico forte e diversificado, com diversos polos econômicos distribuídos por diferentes regiões. Apresenta diversidade de climas e relevos, o que estimula o desenvolvimento de varias atividades, ligadas à indústria, turismo e agricultura. Diversidade esta que faz com que a riqueza gerada pelo Estado não se concentre em apenas uma área.

No ano de 2010, Santa Catarina alcançou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 152,4 bilhões. PIB que pode ser comparado à soma do PIB do Uruguai, Paraguai e Bolívia, representando 4,04% do PIB do Brasil e 24,50% da região Sul (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2016). Neste mesmo ano Santa Catarina alcançou a posição de sétima economia do país.

Quanto às relações com o comércio exterior, utilizando como base o ano de 2011, em termos relativos, os valores obtidos pelas importações foram maiores que os das exportações. As importações de Santa Catarina representaram 6,57% da nacional e 30,14% da regional, enquanto as exportações ficaram em 3,59% e 19,73%, respectivamente. Como destaques de produtos exportados estão carnes de frango, fumo e moto compressores, segundo a Fepese.

Ao observar a participação de cada setor no PIB do Estado, dado como base os anos de 1995 a 2010, pode-se notar que o setor de serviços apresentou maior representatividade, chegando em 2010 a 59,2%. O setor industrial se mantém de forma estabilizada durante o período, com pouca oscilação, chegando a 34,1% em 2010. Já o setor agropecuário teve queda de participação para o período, em 2010 obteve 6,7% do PIB estadual, sendo que em 1995 apresentava uma participação de 9,1% do PIB estadual (PORTAL DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA, 2016).

Apesar da perda de participação da agropecuária na produção estadual, Santa Catarina conta com significativa indústria alimentícia, sendo destaque na produção de carne suína, de frangos e pescados. Quanto à agricultura, o Estado também tem grande destaque no âmbito nacional. Os principais produtos são o arroz, o milho e a soja.

Ao observar a produção do setor agrícola, pode-se notar que o Estado de Santa Catarina apresenta produção distribuída em várias regiões de seu território, sendo algumas mais

especializadas que outras. Em algumas regiões a pequena propriedade tem maior destaque, e a produção tem maior vínculo com a indústria de alimentos. Já em outras, o perfil da produção agrícola está ligado à maior extensão de terras. Há, também, regiões as quais não apresentam características específicas, desempenhando atividades em diversificados produtos, e regiões as quais a produção agrícola não tem destaque, sendo a indústria e o setor de serviços mais relevantes. A região Oeste é a principal dentro da produção agrícola, sendo em maior parte pequena propriedade, e também nela se encontram praticamente 50% da produção agropecuária, de acordo com dados da Fepese, com destaque para a produção animal e a lavoura temporária. São destaques de produtos aves, suínos, milho, soja e maçã.

Como destaque dentro da produção agrícola, em termos de valor de produção, encontra-se a pecuária, sendo referência nacional tanto para o atendimento do mercado externo quanto para o mercado interno. Já a criação de aves e a suinocultura são as atividades em que se nota maior avanço em termos de produtividade. O Estado está incluso na principal região produtora de aves (frango) e suínos do país.

No agronegócio, que inclui não somente os produtos agropecuários, mas também os produtos industriais os quais circundam a agricultura, observa-se uma evolução crescente dos valores exportados, nos anos de 2000, 2003, 2006, 2009 e 2010, segundo a Fepese. Os produtos de base animal e derivados representam em torno de 50% do valor exportado do agronegócio catarinense. Já os produtos de base vegetal e derivados representam próximo de 25% do total exportado.

Essa parte do setor industrial que mantém fortes laços com a agropecuária somado com a agropecuária, o agronegócio, tem significativa participação dentro do contexto de produção estadual. Mesmo que a produção agropecuária tenha apresentado queda na participação da produção total do Estado, tem fundamental importância para o desenvolvimento da economia catarinense. Diversos setores industriais desenvolvidos no Estado dependem da produção agropecuária, e o mesmo ocorre de maneira inversa, a agropecuária dependendo de produções industriais, por exemplo, a produção de adubos, sementes, etc. Dado isto, é necessário compreender: como evoluiu a agropecuária no Estado de Santa Catarina?

1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho se divide em objetivos gerais e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar como evoluiu a agropecuária de Santa Catarina durante o período de 1970 a 2006.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever como evoluiu a estrutura fundiária;
- Verificar o avanço tecnológico;
- Apontar a evolução das principais lavouras, no que se refere à produção e área plantada;
- Detectar como evoluiu o uso da terra, e pessoal ocupado;
- Apontar em que medida a agropecuária de Santa Catarina atendeu às suas funções.

1.1.3 Justificativa

A busca pelo entendimento de como evoluiu a agropecuária no Estado de Santa Catarina demonstra grande importância levando em consideração o impacto que a mesma apresenta sobre a economia não somente do Estado, mas também sobre todo o país. Segundo dados do IBGE 2006 o Estado é um dos maiores de frangos e suínos. Mesmo não sendo o setor mais representativo dentro da participação do PIB do Estado, a atividade demonstra particularidades que a tornam interessante para desenvolver pesquisas. Como exemplo pode-se citar o fato de boa parte desta economia ter como base a pequena propriedade e mesmo assim apresentar alta produtividade. A agropecuária catarinense gera grande impacto, também, sobre a renda das famílias envolvidas em sua produção.

2 METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida neste trabalho contará com uma pesquisa descritiva, a qual será desenvolvida dentro da fundamentação teórica. A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever fenômenos e estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002). A abordagem será desenvolvida de forma qualitativa e também quantitativa. Quanto aos procedimentos utilizados, estes contarão com pesquisa bibliográfica e documental.

Para alcançar os objetivos almejados pelo trabalho será necessário identificar como que a terra esta distribuída em termos da propriedade, através de dados obtidos por meio de censos. Para verificar o avanço tecnológico, será verificado como evoluiu o avanço dos equipamentos utilizados. Os dados serão coletados junto ao censo agropecuário e junto a Epagri. As funções que efetivamente se esperam que o setor agropecuário desempenhe na economia serão identificadas a partir de textos de autores consagrados no assunto, tais autores serão apresentados no capítulo da fundamentação teórica.

Serão utilizadas fontes secundárias e livros para o desenvolvimento teórico. Os dados serão retirados a partir do censo agropecuário, que ocorrem a cada dez anos, também do instituto CEPA – Epagri, do Portal da Economia de Santa Catarina – Fepese, e da Santa Catarina em Dados – Fiesp. Com o objetivo de acompanhar e comparar os números da agropecuária catarinense, serão utilizados não somente os dados do último censo, que ocorreu em 2006, mas também de outros anos. Esta necessidade de utilizar dados de censos que ocorreram há alguns anos faz com que o trabalho apresente algumas limitações de pesquisa, pois alguns anos que serão utilizados os dados ainda não eram expostos de forma eletrônica.

Os capítulos que incorporam a fundamentação teórica serão divididos em três seções. A primeira irá apresentar as características da agropecuária, a segunda irá apresentar as funções desempenhadas pela agropecuária no desenvolvimento econômico, e a terceira irá demonstrar como surgiu e se desenvolveu a agropecuária. Já o capítulo que verifica a evolução da agropecuária irá contar com seis seções. A primeira abordará as variáveis referentes aos estabelecimentos e aos produtores agropecuários, a segunda irá abordar o pessoal ocupado, a terceira irá descrever a utilização das terras no Estado, a quarta irá descrever a evolução tecnológica da agropecuária, a quinta abordará a produção da pecuária, e a sexta seção irá abordar a produção vegetal.

3 A AGROPECUÁRIA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

3.1 CARACTERÍSTICAS DA AGROPECUÁRIA

A agropecuária é formada pelo grupo de atividades que são desempenhadas tendo a terra como principal fator de produção. Isto engloba o uso para o cultivo da terra e para a criação de animais, que são os dois principais subsetores da agropecuária: agricultura e pecuária.

Ao analisar a agropecuária pode-se observá-la de maneira desvinculada de outros setores da economia ou vinculando-a aos outros setores, sendo assim denominada agronegócio. (BACHA, 2004)

O peso da agropecuária no PIB brasileiro vem dando espaço, nas últimas décadas, para o setor secundário e terciário. Isto é extremamente comum em países que vem obtendo crescimento do PIB *per capita* pois a demanda do setor primário tem uma menor elasticidade com relação a renda se comparada as demandas por bens industrializados e serviços. Porém quando a mesma análise é feita medindo-se o peso do agronegócio verificamos que este setor da economia vem mantendo sua força na economia nacional e, na primeira década dos anos 2000 chegou até a crescer, ficando próximo a 30% do PIB no ano de 2004. (FURTUOSO, GUILHOTO, 2003).

Cabe citar também outros dois fatores importantes da agropecuária e do agronegócio. O setor agropecuário empregou, por si só, 18% da população economicamente ativa no Brasil no ano de 2008 e o agronegócio brasileiro traz saldos positivos e crescentes desde o ano de 1961. (BACHA, 2004)

Já o cenário do Estado de Santa Catarina traz uma realidade voltada para baixa concentração de terra. Os destaques de produção agropecuária no Estado são carne suína, carne de frango, leite, ovos, maçã, cebola, fumo, entre outros (FACHINELLO; SANTOS FILHO, 2010). A produção está distribuída por todas as regiões do Estado, tendo algumas regiões maior especialização produtiva que outras, e em algumas regiões a produção industrial e a prestação de serviços tem maior contribuição.

Predomina no Estado de Santa Catarina o clima tropical úmido, sendo a variação de temperatura na maior parte do Estado de 13° a 25° em média. Já o planalto é uma região onde predomina temperaturas mais baixas, e é conhecida por ter um inverno mais rigoroso com temperaturas que ficam abaixo de 0° em alguns períodos. Fachinello e Santos Filho (2010) apontam que os solos, no Estado, com alta fertilidade natural ocupam 21% da superfície, e

nestes ocorrem o desenvolvimento de quaisquer espécie de cultivo. Porém, aproximadamente 60% dos solos são considerados de baixa fertilidade natural, o que gera uma necessidade de correção do solo para o desenvolvimento da produção agrícola.

A estrutura de transporte de Santa Catarina conta com a dependência da malha rodoviária e dos portos da região. O escoamento da produção catarinense esbarra na baixa infraestrutura das rodovias que cortam o estado. As principais rodovias do Estado são a BR-470, a BR-282 e a BR-101. A BR-470 tem destaque por ligar o porto de Itajaí ao Planalto, Oeste e Vale do Itajaí. Já a BR-282 ganha importância por cortar o Estado do litoral até a fronteira com a Argentina, o que possibilita o escoamento da produção do Oeste. O Estado de Santa Catarina conta com os portos de Itajaí, São Francisco do Sul, Itapoá, Imbituba e Navegantes, os quais contam com linhas regulares com as principais cidades portuárias do mundo. Sendo o porto de Itajaí o principal no escoamento de containers, e no tocante a produção agropecuária, é o principal no escoamento aves e carnes congeladas. Já o porto de São Francisco do Sul é o principal porto graneleiro e essencialmente exportador, sendo os destaques soja em grãos e farelo de soja.

A produção agrícola no Estado de Santa Catarina em determinadas regiões tem maior relevância a pequena propriedade, sendo estas vinculadas à indústria de alimentos. Já em outras predomina a produção associada à maior extensão de terras. E em algumas regiões ocorre uma maior diversificação de produção, não tendo característica marcante.

No Quadro 1 é possível visualizar a divisão das principais cidades, e seus destaques de produção agropecuária, de acordo com as seis mesorregiões do Estado, estabelecido pelo IBGE (PORTAL DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA, 2016).

Quadro 1 - Principais produtos do setor agrícola do Estado de Santa Catarina, por mesorregião e principais municípios.

Mesorregiões	Principais municípios	Características Produtivas
Oeste	Chapecó, Joaçaba, Concordia, São Miguel do Oeste, Campos Novos e Xanxerê	Aves, suínos, soja e maçã
Norte	Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Mafra, Rio Negrinho e Porto União	Pecuária extensiva e leiteira, arroz, hortaliças, fruticultura e silvicultura

Serrana	Lages, São Joaquim, Urubici, Alfredo Wagner, Urupema e Bom Retiro	Extrativismo madeireiro, reflorestamento, soja, alho e maçã
Vale do Itajaí	Blumenau, Itajaí, Brusque, Rio do Sul, Indaial e Timbó	Fumo, arroz, cebola, banana, madeira e leite
Grande Florianópolis	Florianópolis, São José, Biguaçu, Angelina, Antonio Carlos e Anitápolis	Banana, laranja, uva, cebola, fumo, tomate e leite
Sul Catarinense	Criciúma, Tubarão, Laguna, Turvo, Meleiro e Urussanga	Fumo, arroz, fruticultura, mandioca e ovos

Fonte: FEPESE (2017) Portal da Economia de Santa Catarina.

No tocante à produção agropecuária, o grande destaque do Estado de Santa Catarina é a região oeste, onde há forte predominância da pequena propriedade, e nela se concentram cerca de 50% da produção agropecuária. Produção animal e de lavoura temporária são os destaques, e os produtos característicos da região são aves, suínos, milho, soja e maçã. Chapecó como o principal município da região é considerada pólo agroindustrial do sul do Brasil e centro econômico, político e cultural do oeste do Estado. De acordo com Governo do Estado de Santa Catarina (2017) é também considerada a Capital Latino-Americana de Produção de Aves e Centro Brasileiro de Pesquisas Agropecuárias. Nesta região de maneira atrelada a produção agroindustrial, vem dando espaço ao turismo rural, que atraem visitantes de todas as partes do país.

Na região norte é possível observar estrutura fundiária diversificada, com a presença de grandes, médios e pequenos estabelecimentos agrícolas. Quanto à produção agrícola, nesta região os destaques são pecuária extensiva, pecuária leiteira, arroz, hortaliças, fruticultura e silvicultura. Já a região serrana é formada por médias e grandes propriedades agrícolas, no passado o produto característico desta região era o extrativismo madeireiro. Porém, atualmente, o destaque no tocante ao setor agrícola são a produção de soja, alho e maçã.

A região do vale é caracterizada pelas produções de fumo, arroz, cebola, banana, madeira e leite, os quais são beneficiados pelas empresas agroindustriais localizadas nesta região. A região da grande Florianópolis, diante das demais regiões, é a que tem a menor participação dentro da agricultura catarinense. Nesta região os destaques são a produção de banana, laranja, uva, cebola, fumo, tomate e leite. E por fim, a região sul que tem como diretriz de sua

produção agrícola culturas temporárias e de produtos de origem animal. Seus principais produtos agrícolas são fumo, arroz, fruticultura, mandioca e ovos.

3.2 FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELA AGROPECUÁRIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Sendo agropecuária o termo utilizado para “(...) denominar o grupo de atividades que usam a terra como fator de produção, seja para o plantio de culturas, para a criação de animais, o plantio de floresta, a aquicultura, por exemplo.”(BACHA, 2004, p. 2) e sabendo de sua importância e peso na economia brasileira, o próximo passo será o de descrever brevemente o papel da agropecuária no desenvolvimento econômico.

À medida que se discute o desenvolvimento da agricultura um ponto destacado pelos autores é a maneira que ocorre a transferência crescente de uma economia agrícola para uma economia urbana. Com o desenvolvimento da economia, as atividades econômicas e a população vão se transferindo para áreas urbanizadas. No Brasil destaca-se a grande importância de desenvolver as regiões não urbanas, por se tratar de um país com ampla base agrícola.

Por um longo período, em torno dos anos de 1960, a agricultura era vista com um papel passivo dentro da economia, o qual era dependente do desenvolvimento econômico ocorrido no meio industrial (SOUZA, 2012). Com a criação de novos centros urbanos são gerados empregos diretos e indiretos, que impactam na oferta agrícola, pois elevam a demanda por alimentos e matérias-primas. Porém, após 1960 esta visão começou a mudar, levando-se em consideração que na realidade a agricultura e a indústria andam em equilíbrio, tendo o setor agrícola e o setor industrial estímulos autônomos.

Desta forma, a partir desta mudança, passa-se a enxergar uma correlação positiva entre o desenvolvimento agrícola e dos demais setores. Isto ocorre por haver uma crescente participação da agropecuária na produção total do país, e também por existir grande ligação entre este setor com os demais da economia, destacando a relação da agricultura com a indústria (SOUZA, 2012).

Johnston e Mellor (1961) destacam cinco funções básicas as quais derivam o encadeamento da agricultura com o resto da economia:

1º Liberar mão-de-obra para ser empregada na indústria e evitar a elevação dos salários pagos, a fim de não deprimir a taxa de lucro e assegurar a acumulação contínua de capital; 2º Fornecer alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, á medida que a demanda cresce com o desenvolvimento e a intensificação do processo de urbanização; 3º Gerar divisas estrangeiras, por meio da exportação de produtos agrícolas, para financiar o desenvolvimento, adquirir importações e amortizar a dívida externa; 4º Transferir poupanças para inversões na indústria e para implementação da infra-estrutura econômica e social; e 5 ºConstituir mercados para bens industriais, complementando os mercados urbanos. (1961 apud SOUZA, N. J. 2012 pg 204)

Com o processo de industrialização ocorre um aumento na oferta de alimentos industrializados, com foco nas regiões urbanas, o qual faz com que se obtenha um crescimento tanto na indústria quanto na agropecuária. Tal resultado é positivo para o desenvolvimento econômico e também para o bem-estar social, ao gerar maior nível de emprego e renda (SOUZA, 2012). Dadas as cinco funções da agropecuária dentro da economia, é possível observar dois pontos os quais se destacam dentro do desenvolvimento econômico: a agroindustrialização crescente e a introdução do sistema capitalista no campo.

A agropecuária apresenta uma tendência à reversão da penetração do capitalismo (SOUZA, 2012), por apresentar taxas de lucro baixas ou até mesmo nulas. Essa característica do campo pode ser atribuída à queda da produtividade da terra, fazendo com que sejam necessários investimentos em insumos e fertilizantes. A utilização destes produtos, cada vez mais modernos, diminui o lucro adquirido através da produção agrícola. Com isso a produção familiar ganha destaque dentro da produção agrícola, pois esta não necessita apresentar lucro, uma vez que a receita adquirida é suficiente para cobrir seus custos, incluindo nestes custos a remuneração dos membros da família e demais necessidades.

Entra em questão então o dualismo apresentado pela relação entre indústria e o campo. Onde existem, simultaneamente, uma indústria com base tecnológica, e uma produção agrícola atrasada, pré-capitalista, com técnicas rudimentares.

O desenvolvimento dual comporta, portanto, um processo de articulação entre os setores moderno e atrasado, em que o crescimento do primeiro vai absorvendo o emprego redundante do segundo, ao mesmo tempo em que demanda alimentos e matérias-primas, de sorte a induzir no longo prazo o aumento da produtividade. (SOUZA, N. J. 2012 pg 205)

Por consequência do que foi dito anteriormente, é de suma importância entender, primeiro, o que seria o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico está muitas das vezes atrelado ao crescimento econômico, porém não somente este leva a aquele.

O desenvolvimento está mais ligado às mudanças estruturais na economia e as melhorias sociais:

(...) para a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), desenvolvimento econômico pode ser conceituado como um processo dinâmico de mudança estrutural da economia, objetivando proporcionar à maioria da população: (a) maiores níveis de consumo; (b) possibilidade de chegar a idades mais avançadas; (c) maiores recursos para educação; e (d) redução da jornada de trabalho. (ARAÚJO, SCHU, 1995, p. 10-11)

A interpretação da Cepal citada acima é somente uma das visões de desenvolvimento econômico existente, porém grande parte delas leva em conta a melhoria de vida da população juntamente ao crescimento econômico.

Na literatura os autores em geral definem papéis centrais para o setor agropecuário no desenvolvimento econômico, como os de fornecer alimentos para a população, mão de obra para o crescimento e diversificação da atividade econômica, divisas para a compra de insumos e bens de capitais necessários ao desenvolvimento econômico, constituir mercado consumidor para o restante da economia e fornecer capital para os demais setores da economia. (BACHA, 2004)

Os bens agropecuários são considerados bens salário, e por consequência seu aumento de preço causa aumento salarial, o que aumenta os custos e comprime os lucros, causando diminuição do ritmo de desenvolvimento. Sendo assim a produtividade do setor agropecuário deve percorrer o mesmo caminho do restante dos setores mesmo com a diminuição de sua importância relativa frente o PIB. Outro ponto citado no parágrafo anterior, mas que merece maior desenvolvimento é o do capital do setor agropecuário financiar o crescimento dos outros setores da economia. O setor agropecuário é, na maioria das vezes, o primeiro a se desenvolver nas economias, o que lhe traz a responsabilidade de ser o setor que financiará ou investirá diretamente nos setores secundário e terciário.

Vale ressaltar, com relação ao mercado consumidor gerado pelo setor agropecuário, que mesmo com sua perda de importância relativa conforme há maior desenvolvimento econômico, por outro lado há criação de mercado para bens de capitais mais elaborados para o agronegócio.

Com relação a como as mudanças estruturais provenientes do desenvolvimento econômico afetam o setor econômico poderiam ser citados muitos exemplos, porém dois principais relacionadas a agropecuária se resumem na Lei da Perda de Importância Relativa da Agropecuária: i) diminuição da importância relativa da agropecuária no PIB; ii) diminuição relativa da importância da agropecuária como fonte de emprego.

As funções do setor agropecuário tem importância crucial em economias primárias e tendem a relativizar tal importância conforme os países se desenvolvem, porém:

Algumas das funções mencionadas mantêm-se primordiais mesmo com o declínio secular da participação da agropecuária no PIB, caso da provisão de alimentos para o setor não-agrícola, provisão de matéria-prima e geração de divisas. (BACHA, 2004, p. 27)

Visto isso, a monografia será norteada pela importância do setor agropecuário no desenvolvimento econômico de uma nação. Dada tal importância, tentaremos entender a dinâmica da agropecuária no estado de Santa Catarina ao longo do tempo.

3.3 SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Desde seu surgimento a agropecuária passou por diversas transformações buscando, principalmente, aumentar sua produtividade de forma que pudesse atender o aumento de demanda, muito devido ao crescimento populacional ocorrido de maneira exponencial no decorrer dos anos. O homem, devido à evolução das técnicas de agricultura, deixou de ser nômade e passou a se fixar em determinados locais, passando a ser sedentário. A produção que inicialmente era destinada a subsistência familiar evoluiu de tal forma que ocupa grandes escalas produtivas atualmente.

Estas mudanças ocorridas nos meios de produção da agropecuária foram acontecendo, em parte, devido à busca do homem por meios que facilitassem sua existência. Posteriormente, a acumulação de riqueza foi ganhando destaque, gerando assim as produções em grande escala.

Diferente dos outros animais o homem não nasceu agricultor nem criador. Isto veio a ocorrer há menos de dez mil anos, onde começou a cultivar plantas e criar animais (MAZOYER; ROUDART, 2008). Passou, com o tempo, a transformar o ambiente em que vive, artificializando e explorando o mesmo. A partir destas mudanças, o homem, foi adquirindo certo nível de domínio sobre o meio, o qual possibilitou o desenvolvimento e foi o principal fator de transformação do seu meio. Os ganhos de produtividade condicionaram a velocidade com a qual a população crescia, no decorrer dos anos, e possibilitou o desenvolvimento de categorias sociais que não produziam sua própria alimentação.

Na natureza existem diversas espécies as quais desenvolvem ninhos, abrigos e ambientes artificiais, como exemplo as formigas e abelhas. Mas essa transformação é produto de um trabalho que não é próprio da espécie humana, foi se aprimorando com o passar dos anos.

Desta forma, foi necessário desenvolver uma relação entre o homem e diversas espécies as quais passou a explorar.

Agricultura e criação são, portanto, formas elaboradas de mutualismo, mas um mutualismo assimétrico no qual o desenvolvimento da espécie explorada é comandado pelo trabalho da espécie exploradora, e no qual o desenvolvimento da espécie exploradora é, em contrapartida, condicionado pelo da espécie explorada. (MAZOYER, M. ROUDART, L. 2008 pg 57)

Porém o homem não se originou com ferramentas especializadas, que possibilitassem intervir de maneira vigorosa no meio exterior. No início sobrevivia apenas pela colheita de produtos vegetais e pela captura de animais mais acessíveis, em meios pouco hostis. Apesar de pobre em instintos, o fator principal que possibilitou sua evolução foi sua imensa capacidade de se adaptar, ser educável e ser eclético em seu regime. A capacidade de desenvolver armadilhas e armas possibilitou a caça de grandes animais, e se intensificou de tal forma que algumas espécies passaram a ser consideradas reduzidas. Com o passar dos anos o homem passou por uma explosão técnica e cultural, o qual o levou a domesticar e criar animais para suprir suas necessidades e proporcionar seu desenvolvimento, cada vez de maneira mais eficaz.

Desde seus primórdios, a agricultura humana é bem diferente daquela das formigas ou das térmitas. Quando ele começou a praticar o cultivo e a criação, ele não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, mas domesticou um grande número delas. Não dispunha também de instrumentos anatômicos adaptados ao trabalho agrícola, mas os fabricou de todas as maneiras e cada vez mais poderosos. Enfim, nenhum saber inato ou revelado lhe ditava a arte e a maneira de praticar a agricultura, e graças a isso, ele pôde ajustar livremente os sistemas de cultivo e de criação extraordinariamente variados e adaptados aos diferentes meios do planeta, transformando-os de acordo com suas necessidades e de acordo com suas ferramentas. (MAZOYER, M. ROUDART, L. 2008 pg 70)

A agricultura surgiu em diversos locais e de diversas formas, variando de acordo com o as variáveis locais, de clima e relevo, e também no tempo. Mas apesar desta diversidade a agricultura desde sempre apresentou traços semelhantes suficiente para ser classificada em uma mesma categoria (MAZOYER; ROUDART, 2008). Ao se tornar agricultor, o homem cada vez menos precisou se alimentar de espécies selvagens e passou a cada vez mais consumir matérias derivadas de sua domesticação.

As primeiras formas de agricultura eram praticadas perto dos locais de moradia e dos rios, terras já fertilizadas que não exigiam desmatamento. Na fase seguinte, desenvolveram os

sistemas de cultivo de pastoreio e de derrubada-queimada, onde o aumento da população conduziu ao desmatamento das regiões exploradas. Posterior a este sistema surgiu o sistema agrário hidráulico, com cultivos irrigados, destacando a região do Rio Nilo e Mesopotâmia (MORAES, 1999). E, ao mesmo tempo em que os sistemas foram se modificando, as ferramentas e equipamentos foram aperfeiçoados e o número de colheitas aumentou a cada ano.

De revolução agrícola em revolução agrícola, chegamos aos sistemas atuais. Houve a revolução agrícola antiga, na qual os sistemas de cultivo de cereais utilizavam ferramentas manuais, como a pá e a enxada. Séculos mais tarde, houve a revolução agrícola da Idade Média Central, desenvolvendo sistemas com tração pesada uso do arado e de carreta. Já no século XIV houve a primeira revolução agrícola dos tempos modernos, que gerou os sistemas de cultivos baseados na cultura de cereais e sem alqueive. Já a segunda revolução dos tempos modernos produziu os sistemas motorizados, mecanizados e fertilizados com auxílio de insumos minerais.

Analisando os últimos cem anos, foi desenvolvida uma tecnologia sem precedentes em toda a história da humanidade. A tecnologia atingiu um ponto que proporcionou aos meios de produção diversificação e aumento de produtividade, somado ao fato de abrir as portas para a interação do mercado entre os países, em meio a um mundo cada vez mais globalizado.

Hoje em dia, a tecnologia trouxe grandes avanços para o aumento de produtividade, desta forma possibilita que na América do Norte e no Oeste Europeu, uma população agrícola reduzida a menos de 5% da população total é suficiente para alimentar a população total (MAZOYER; ROUDART, 2008). Máquinas automáticas, sem a necessidade de pessoas manuseando foram desenvolvidas, de tal forma que cada vez mais a produção na agropecuária fica mais mecanizada e necessita menos de mão-de-obra. Porém, esta grande evolução pode ser percebida principalmente em países desenvolvidos, enquanto que nos países subdesenvolvidos ainda existe uma produção baseada em aparelhagem estritamente manual.

A produção agropecuária desempenha fundamental importância dentro do contexto mundial, por se caracterizar dentro de um setor o qual é base para o desenvolvimento dos demais setores econômico, sendo este o setor primário. No Brasil ganha grande importância, sendo este destaque no mercado internacional como primário exportador, devido, em grande parte, por se caracterizar um país com vasto território, o qual induz este tipo de produção.

Esta produção ganha grande destaque por ter como finalidade produtos cruciais para o desenvolvimento econômico, as matérias-primas e os alimentos. Ganha destaque no contexto nacional, sendo uma das primeiras atividades econômicas a serem desenvolvidas no país.

Com início na produção de cana-de-açúcar, posteriormente o café e atualmente com a pecuária, a qual conduziu o povoamento do interior do país. A produção agropecuária tem como objetivo destinar seus produtos para o mercado interno e fundamentalmente o mercado externo.

Alguns fatores favorecem o desenvolvimento desta atividade no contexto nacional, como o fato de o Brasil ser um país o qual tem grande população, tendo assim grande demanda interna, superfícies favoráveis a ocupação rural, boa fertilidade em grande parte das terras, e condições climáticas variadas. Nos atuais dias muito se sabe da importância do Brasil no mercado de produtos primários e em todo o complexo agroindustrial. São muitos os produtos, provenientes de tal setor, que são encontrados mundo a fora: frutas, soja, café, feijão, carne, etc.

Inicialmente é necessário o entendimento das diferenças entre modernização, industrialização da agricultura e constituição de complexos industriais segundo Kageyama (1997). Segundo autor, na realidade, os três pontos estão interligados, porém devem ser diferenciados. A modernização é a simples alteração da técnica utilizada na produção agrícola, na qual basicamente saem os aparatos manuais e entram equipamentos mecanizados. A industrialização da agricultura acontece no momento em que esta passa a demandar insumos e a fornecer seus produtos para outros setores da economia. O complexo agroindustrial é caracterizado pela existência de toda uma cadeia interligada envolvendo a produção agroindustrial, sendo assim então gerada a especialização de inúmeros *players* em determinada área. Por exemplo, em um complexo agroindustrial haverá empresas com foco em nutrientes para solo, automação da produção e estocagem, bioquímica, etc. Cada um destes ramos trabalhando de maneira interdependente, produzindo possibilidades de crescimento ao progredir em seu certame. Cada um dos três quesitos supracitados traz um pouco da resposta de como a agricultura brasileira se desenvolveu ao longo de sua história.

A modernização da agricultura brasileira ocorreu de maneira consideravelmente rápida entre os anos 1960 e 1980, e isto pode ser observado no vertiginoso aumento do consumo intermediário sobre valor bruto de produção por parte do setor, que saiu do patamar de 20% para praticamente 40%. (Sepulcri; de Paula, 2008). Para Kageyama (1997) conforme a modernização ocorreu, juntamente tivemos a industrialização da agricultura, e foi este o principal fator para o crescimento do consumo intermediário.

Com a industrialização do setor ocorrendo também a partir da década de 60, vemos a inovação do setor migrar para a indústria, com o crescimento da utilização de fungicidas, fertilizantes e maquinarias em geral. A partir deste ponto a atividade deixou de ser

fornecedora de alimentos naturais e para consumo próprio. A atividade tornou-se integrada aos setores industriais e de serviços, os quais agora também, em alguns ramos, passaram a trabalhar em função desta indústria incipiente. Outro importantíssimo fator é o da existência de fortes linhas de crédito abertas pelo Estado até os anos 80, o qual tinha claro objetivo de modernizar o setor. Em resumo:

A industrialização da agricultura, portanto, aconteceu com a ampliação do mercado de crédito e de insumos industriais e com o desenvolvimento das máquinas, transformando o meio rural em mercado para a indústria, no qual insumos e serviços industriais foram combinados com terra e trabalho. (SEPULCRI & de PAULA, 2008 pg 5)

Com relação à constituição dos complexos agroindustriais (CAIs) no Brasil, podemos observar que os CAIs acabaram ocorrendo por consequência dos fatores ocorridos anteriormente. Em torno do fim da década de 70 começou-se a observar o nascimento de CAIs no país, com níveis distintos de modernização e complexidade:

A partir de 1975 consolidaram-se os complexos agroindustriais, conforme as características de cada atividade, ao mesmo tempo em que a produção agrícola se desenvolveu e se especializou continuamente, surgindo uma nova divisão do trabalho, aumentando a interdependência entre agricultura e indústria. A agricultura perdeu assim o seu caráter autônomo, sendo incluída na dinâmica industrial e financeira, adquirindo determinados insumos e produzindo matérias-primas para outros ramos da produção, passando a depender dos insumos industriais e produzindo, além dos produtos tradicionais de consumo final, bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação. Estas transformações estruturais, portanto, não podem ser vistas somente pela utilização de insumos industriais na produção. Nesse sentido, as cooperativas agropecuárias deram grande contribuição, através da organização dos complexos agroindustriais cooperativos, com a provisão de insumos básicos, armazenamento, beneficiamento. (SEPULCRI & de PAULA, 2008)

De fato a agricultura, já nos anos 80, estava integrada ao mercado financeiro, indústria e serviços. Os outros setores tinham o objetivo e necessidade de desenvolver produtos e serviços para o setor agrícola. O negócio agricultura estava interligado com toda economia, tinha uma nova dinâmica trabalhista e trazia consigo o que alguns autores chamaram de “modernização conservadora”, pois houve concentração de terra e capital e queda de emprego no campo.

Observa-se também a importância da criação de órgãos estatais de apoio ao setor dentre outras ações tomadas nos anos 70 e 80:

Essa integração entre agricultura e indústria é fortificada pela integração de capitais apoiados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural. Para isso também foram fundamentais a forte influência entre as grandes empresas de capital internacional e do

Estado, via políticas incentivadoras, e a criação de empresas estatais para apoiar o setor, com incentivos fiscais às exportações. (SEPULCRI & de PAULA, 2008)

Ao fim dos anos 80 as políticas de crédito ficaram escassas e só voltaram a existir de maneira ativa em meados dos anos 90. Porém pelos números observados o setor não teve forte impacto ao longo deste período. Os preços relativos favoráveis foram um fator preponderante na época para várias culturas.

Em suma, entre os anos 60 e 2000, a agricultura brasileira deu um forte salto em sua gestão, tamanho, relação com outros setores da economia, modernização dos equipamentos, posicionamento no mercado externo, dentre outras coisas. Deixamos de ter um setor voltado somente para mercado interno, tanto para venda quanto para subsistência, e passamos a ter complexos industriais de ponta em determinadas culturas.

4 EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA

Este capítulo tem como objetivo analisar a evolução da agropecuária no Estado de Santa Catarina desde 1970 até hoje. Para tal, serão utilizados como parâmetros os censos agropecuários disponibilizados pelo IBGE nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006. Identificar os destaques produtivos e evidenciar sua trajetória por este período serão itens a se desenvolver neste capítulo.

O censo agropecuário visa levantar dados de variáveis como total de estabelecimentos agropecuários, área total dos estabelecimentos agropecuários, área total de lavouras, área de pastagens, área de matas, total de tratores, implementos, máquinas e veículos, características do estabelecimento e do produtor, total de pessoal ocupado, produção da pecuária e produção vegetal. O censo agropecuário busca identificar e captar a dinâmica dos meios produtivos e do uso da terra, a variabilidade nas relações de trabalho e ocupação, o grau de especialização e tecnificação de mão de obra, e todas as alterações ocorridas no decorrer das pesquisas realizadas.

Com o passar dos anos foram necessárias algumas modificações nos censos, incluindo questões referentes à caracterização do produtor, como sexo, tempo de direção do estabelecimento e migração, além de levantamento sobre a pluriatividade econômica do produtor e membros de sua família, residentes no estabelecimento agropecuário. Informações sobre as diferentes práticas agrícolas e formas de ocupação da área, manejo e conservação do solo, utilização de agrotóxicos, são variáveis analisadas também.

O último Censo Agropecuário foi divulgado no ano de 2006 e muitas mudanças ocorreram desde então, não somente no Estado de Santa Catarina, mas na economia brasileira como um todo. Apesar disto, é imprescindível que esta pesquisa tenha como base os Censos Agropecuários fornecidos pelo IBGE, para melhor veracidade e confiabilidade nas informações sobre as mudanças pelas quais o Estado passou em relação ao espaço rural ao longo das últimas décadas.

Dada a importância destas atividades para o desenvolvimento do Estado, este capítulo tem como objetivo caracterizar e delinear a evolução da agropecuária em Santa Catarina. Para isto o capítulo será dividido em seis seções: a primeira irá abordar as características e os dados referentes aos estabelecimentos e produtores, a segunda abordará o pessoal ocupado; o terceiro irá falar da utilização das terras, o quarto dos avanços tecnológicos, o quinto da produção da pecuária e por fim o sexto abordará a produção vegetal.

4.1 SOBRE OS ESTABELECIMENTOS E PRODUTORES AGROPECUÁRIOS

Em Santa Catarina, destacam-se a produção intensiva diversificada e a pequena propriedade. O Estado tem como essência a produção familiar, com isto grande parte das propriedades está concentrada em categorias menores. Quanto à estrutura fundiária, pode-se observar que nos últimos anos não houveram grandes mudanças. Através da Tabela 1 é possível analisar que o número de estabelecimentos cresceu até os anos 1980, porém, após este período houve uma redução, e as classes de tamanho acompanharam estas tendências.

Observando os dados encontrados no último Censo Agropecuário divulgado, nota-se que no ano de 2006 o Estado apresentou um total de 193.668 estabelecimentos divididos por classes de áreas em hectares. A tabela 1 traz um comparativo dos últimos censos com dados do Brasil e do Estado de Santa Catarina.

Tabela 1 – Grupos de área total – Brasil e Santa Catarina

Grupos de área total	1970	1975	1980	1985	1995	2006	
Total	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.801.809	4.859.865	5.175.636	
Brasil	Menos de 10 ha	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.064.822	2.402.374	2.477.151
	10 a menos de 100 ha	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.160.340	1.916.487	1.971.600
	Menos de 100 ha	4.454.022	4.500.809	4.614.793	5.225.162	4.318.861	4.448.751
	100 a menos de 1000 ha	414.746	446.170	488.521	517.431	469.964	424.288
	1000 ha e mais	36.874	41.468	47.841	50.411	49.358	47.578
	Total	207.218	206.505	216.159	234.973	203.347	193.668
Santa Catarina	Menos de 10 ha	66.074	69.921	75.724	91.883	72.462	69.394
	10 a menos de 100 ha	132.180	127.931	130.788	133.536	122.036	112.445
	Menos de 100 ha	198.254	197.852	206.512	225.419	194.498	181.839
	100 a menos de 1000 ha	8.477	8.170	8.856	8.861	8.231	7.252
	1000 ha e mais	468	475	624	571	508	455
Varição total % Br	-	1,4	3,3	12,4	-16,2	6,5	
Varição total % SC	-	-0,3	4,7	8,7	-13,5	-4,8	

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

A estrutura fundiária tem grande impacto sobre a economia do Estado, principalmente quando se trata de produção agropecuária, sendo esta mais ou menos concentrada. Quanto menor for a concentração de terras, maior será a quantidade de propriedades e menor será o tamanho das mesmas. A estrutura fundiária tem ligação também com a desigualdade social, quanto maior for a concentração de terras, maior tende a ser a desigualdade social.

Apesar de muitas regiões do Brasil apresentarem a partir de 1980 concentração de terra crescente, aumento dos conflitos fundiários, e geração de uma massa de pequenos produtores sem terras marginalizados (TABAJARA, 2016), Santa Catarina contrário a isso apresenta estrutura fundiária com a menor concentração terras em comparação aos demais Estados brasileiros. Santa Catarina apresenta praticamente constante as proporções de terras abaixo de 100 ha em relação ao total. Até o censo de 1980 o total de estabelecimentos apresenta um aumento, e após considerável queda. Mas em termos relativos, as propriedades abaixo de 100 ha permanecem na média de 95% do total.

A baixa concentração de terras apresentada pelo Estado pode ser justificada por esta se basear na agricultura familiar, que em muitos casos produzem para empresas de maior porte. O fato de a agropecuária no estado se basear na agricultura familiar está estritamente ligada a forma de colonização praticada. Mas além da estrutura fundiária apresentar baixa concentração por ter grande impacto da agricultura familiar, o Estado também apresenta características topográficas que dificultam a concentração de terras para produção em grande escala. As dificuldades encontradas pela estrutura topográfica impactam sobre a utilização de máquinas no processo produtivo, essencial para ganhos em larga escala (TABAJARA, 2016).

Segundo Tabajara (2016) o Estado não acompanha o restante do país em algumas das repercussões negativas da evolução da agricultura brasileira, como exemplo a exclusão de produtores e concentração de produção. Tabajara (2016) pontua algumas razões para isto: forma de colonização estabelecida no Estado; estrutura topográfica apresentada; familiaridade dos agricultores com os mecanismos de mercado e adoção de tecnologia; a existência de um setor público agrícola de serviços, extensão e pesquisa de reconhecida qualidade; pequenos agricultores terem um maior grau de organização, o que os leva a terem maior poder político; melhor distribuição relativa do crédito rural entre as diferentes categorias de produtores rurais.

Desta forma, acaba surgindo o que é chamado de “modelo agrícola catarinense”, que sofre significativas mudanças ao longo do período estudado. Como uma das principais alterações aparece a tendência à exclusão de muitas pessoas ou famílias do espaço rural. A tabela 2, apresentada logo abaixo, explora de maneira mais ilustrativa o assunto.

Tabela 2 - Condição do produtor em relação às terras - Santa Catarina

Variáveis		1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Total	Estabelecimentos	207.218	206.505	216.159	234.343	203.347	193.663
	Área (ha)	6.408.719	6.343.594	6.771.570	6.692.872	6.112.237	5.745.010
Proprietário	Estabelecimentos	171.328	169.414	171.486	182.186	171.498	170.908
	Área (ha)	6.408.719	6.343.594	6.771.570	6.692.872	6.112.237	5.745.010
Arrendatário	Estabelecimentos	10.844	10.002	12.815	15.446	12.114	7.085
	Área (ha)	206.863	151.400	256.662	295.152	210.053	134.260
Parceiro	Estabelecimentos	10.752	10.279	13.282	16.128	6.131	2.151
	Área (ha)	136.503	130.908	165.674	164.248	81.540	35.210
Ocupante	Estabelecimentos	14.294	16.810	18.576	20.583	13.604	6.746
	Área (ha)	273.241	251.379	279.871	266.270	209.016	89.401

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

A tabela acima nos traz dados os quais reafirmam o que foi dito no parágrafo anterior. O número de estabelecimentos teve queda acentuada na última década sob análise. Outro fator importante, no que diz respeito à utilização da terra, é o de que tanto se analisarmos com relação à última década, quanto se analisarmos com relação aos números de décadas anteriores, todas as categorias, fora a de proprietário, apresentaram queda em sua participação percentual em estabelecimentos e em área no período analisado.

Mais de 200 mil hectares deixaram de ser utilizados em ocupações, parcerias ou arrendamentos. Somente 4,3% de toda área plantada no estado de Santa Catarina ficou distribuída entre estas três categorias em 2006, algo que no passado já havia alcançado em torno de 10%. No que diz respeito ao número de estabelecimentos o número não é menos discrepante, ficando um percentual de 8,55% do total de estabelecimentos do Estado de Santa Catarina dividido entre arrendatários, parceiros e ocupantes em 2006. Este mesmo percentual já chegou a ser levantado em torno de 20% na década de 80.

A partir de 95 esta marcha redistributiva do meio rural catarinense tomou mais forma e rapidez. Segundo o próprio IBGE no censo 2006:

Condição do produtor em relação às terras a principal forma de acesso à terra historicamente sempre foi a propriedade e sua importância tornou-se ainda maior nos últimos dez anos. O arrendamento e principalmente a parceria tiveram sua participação diminuída (de 11% para 7% do total de estabelecimentos e de 3,3% para 3,2% do total da área), revelando que este mercado não desempenha papel significativo como forma de acesso de trabalhadores rurais à terra. (IBGE CENSO 2006)

Outro quadro que nos atenta para o fato de ao longo dos últimos anos terem acontecido mudanças na agropecuária catarinense é a tabela 3, logo abaixo.

Tabela 3 - Pessoa que dirige o estabelecimento, por local de residência - Santa Catarina

Variáveis selecionadas	1980	1985	1995/96	2006
Total de estabelecimentos	218.159	234.973	203.343	193.663
No estabelecimento	189.351	202.003	175.497	171.008
No município na zona urbana	12.963	17.443	18.099	11.961
No município na zona rural	12.166	15.527	9.747	5.204

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

A tabela 3 reafirma uma queda no número de estabelecimentos contabilizados ao longo de todo estado catarinense. Mas não só isso, acrescenta informações também, pois demonstra que a maior parte dos estabelecimentos estão sendo geridos por pessoas que residem no mesmo. Fora isto, os gestores quando não se encaixam neste perfil, acabam por, na maioria das vezes, residir no meio urbano do mesmo município do estabelecimento. Podemos até levantar uma questão específica do Estado de Santa Catarina a qual foi identificada em Tabajara (2016). Inúmeros extensionistas nesta área ligados ao desenvolvimento de técnicas no ramo agropecuário acabam sendo provenientes do meio rural catarinense e, na maioria das vezes, tem pais com propriedades rurais de produção familiar. Por fim tais extensionistas terminam residindo no meio urbano, no qual geralmente as faculdades ou institutos se instalaram, e ao retornarem para a propriedade rural colocam seus conhecimentos em prática:

Um aspecto interessante disso, pouco estudado, é o fato de muitos extensionistas catarinenses serem oriundos do meio rural, muitas vezes filhos de agricultores familiares, situação que não se repete com tanta frequência em outras unidades da

federação, o que influencia no tipo de relação entre técnicos e agricultores. (TABAJARA, 2016 pg 13)

De maneira sucinta, observa-se que os estabelecimentos agropecuários no Estado de Santa Catarina passaram por mudanças no decorrer das últimas décadas. Destacando-se a queda no número de estabelecimentos apresentados pelos últimos censos e a exclusão de pessoas do campo. Comparando o desenvolvimento da agropecuária no Estado com o restante do país, Santa Catarina apresenta traços distintos e possui características peculiares, como a formação topográfica e a forma de colonização, que acarretou em uma economia baseada na agricultura familiar.

4.2 PESSOAL OCUPADO

Para melhor entendimento quanto à população presente no campo, uma variável fundamental é o pessoal ocupado nos estabelecimentos. Como pessoal ocupado é considerado todas as pessoas que trabalharam de maneira direta na agropecuária, ou em alguma atividade ligada à agropecuária, juntamente com as pessoas que tiveram laço de parentesco com estes. Abaixo a exposição dos dados referente ao total de pessoal ocupado, dividido entre homens e mulheres.

Tabela 4 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos, por sexo - Santa Catarina

Variáveis selecionadas		1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Total	Total	763.501	858.734	836.755	887.287	718.694	571.516
	De 14 anos e mais	613.781	644.527	676.674	742.928	622.514	532.751
Homens	Total	457.188	483.633	498.752	531.845	429.427	351.856
	De 14 anos e mais	369.810	366.953	407.440	449.868	376.981	331.088
Mulheres	Total	306.313	375.101	338.003	355.442	289.267	219.660
	De 14 anos e mais	243.971	277.574	269.234	293.060	245.533	201.663

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

Através destes dados é perceptível que as pessoas de 14 anos ou mais passaram a representar 93% do pessoal ocupado em 2006, contra 80% apresentado no ano de 1970. Já a proporção apresentada entre homens e mulheres permanece praticamente constante em todo o período analisado, sendo aproximadamente 60% homens e 40% mulheres. Mas o que chama atenção com estes dados é o fato de o total do pessoal ocupado passar por uma mudança considerável no ano de 2006, com perceptível redução.

Esta evasão, notável através da redução do pessoal ocupado, que ocorre no meio rural não é característica singular do Estado de Santa Catarina. Grande parte do motivo deste significativo êxodo rural é que as pessoas que atuam hoje no campo estão envelhecendo, e os jovens provenientes deste meio procuram outras alternativas e acabam saindo do campo. O meio rural brasileiro, em aspectos gerais, passou por grande mudança tecnológica, mas muitas regiões ficaram aquém do seu potencial. E este cenário um tanto quanto pessimista leva muitos dos jovens que vem do campo assim que chegam na fase adulta a buscarem alternativas e saírem do campo.

Diversas comunidades rurais permaneceram à margem da grande modernização, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas também de outras inúmeras tecnologias e serviços que conferem qualidade de vida e integração entre as pessoas. Acreditamos que este fator tenha influenciado significativamente para a reorganização das relações sociais e à expulsão de trabalhadores rurais de seu meio, acentuando a precariedade das condições de vida no campo. Neste cenário a população rural que ingressa na idade ativa, neste caso os jovens rurais, enfrenta dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e cada vez mais busca melhores condições de vida nos centros urbanos. (PUNTEL, J. A. PAIVA, C. A. N. RAMOS, M. P. 2011 pg 3)

O mesmo pode ser analisado quanto aos empregados temporários. Considera-se como empregado temporário aquela pessoa contratada para trabalhar no estabelecimento agropecuário uma ou mais vezes em funções de teor temporário ou tarefas eventuais. Estes podem atuar, por exemplo, em reforma de cercas, preparo de terra, limpeza de pasto, etc.

Tabela 5 - Estabelecimentos com empregados temporários
contratados no ano - Santa Catarina

Variáveis selecionadas	Total
1970	30.483
1975	32.464
1980	53.345
1985	61.893
1995/96	46.988
2006	27.424

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

É possível ver que nos anos de 1980 e 1985 foram os anos com maior volume de empregados temporários. Já no ano de 2006 ocorre considerável queda no número de empregados temporários contratados pelos estabelecimentos agropecuários. Em comparativo com a tabela 4 que apresenta os dados do pessoal ocupado, é perceptível que o volume total de empregados temporários acompanha a mesma tendência.

Uma vez que tanto as pessoas que atuam no campo de maneira constante quanto os empregados temporários apresentam a mesma tendência, no caso de queda no seu volume total, é possível concluir que esta evasão de pessoas que atuam na agropecuária é resultado de uma mudança estrutural que ocorre neste meio. Esta mudança é possibilitada por uma maior mecanização desenvolvida dentro do espaço rural, por exemplo, a ser explorado na seção 4.4.

4.3 UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

Outro aspecto muito relevante é a forma que é feita a utilização das terras. Analisando a forma que as terras são utilizadas nos dá um panorama dos destaques produtivos da agropecuária catarinense. No decorrer dos censos, algumas variáveis foram sendo estudadas de maneira específicas, mas para entendimento de como as terras são utilizadas na agropecuária de Santa Catarina serão analisados três grandes grupos: lavouras, pastagens e matas e/ou florestas.

Estes três grandes grupos representam, em média, 80% de toda área utilizada pela agropecuária catarinense no decorrer dos censos analisados. Ficando de fora da análise as áreas que são ocupadas com tanques, lagos, construções, terras degradadas, etc. Dentro dos três grupos de áreas analisados as lavouras podem ser divididas em permanentes ou temporárias, as pastagens em naturais ou plantadas, e as matas em naturais ou plantadas. A tabela 6, abaixo, demonstra a evolução das áreas no decorrer dos últimos censos.

Tabela 6 - Utilização das terras nos estabelecimentos - Santa Catarina

Variáveis selecionadas			1970	1975	1980	1985	1995/96	2006	
Total de estabelecimentos			207.218	206.505	218.159	234.973	203.347	193.663	
Área total (ha)			7.025.326	6.877.280	7.473.778	7.419.543	6.612.846	6.040.134	
Lavouras	Permanente	Estab.	57.810	27.222	85.900	104.069	60.521	43.091	
		Área	70.262	42.630	74.813	90.029	126.580	219.553	
	Temporária	Estab.	197.942	198.836	204.770	223.578	183.426	148.446	
		Área	1.261.414	1.391.806	1.728.996	1.778.803	1.443.840	1.442.686	
	Pastagens	Naturais	Estab.	102.515	122.441	110.434	126.186	122.081	106.415
			Área	2.088.682	1.977.243	1.903.092	1.927.509	1.778.795	1.256.010
Plantadas		Estab.	69.488	50.475	76.216	71.851	68.675	58.727	
		Área	379.303	426.786	587.831	541.669	560.115	445.509	
Matas	Naturais	Estab.							

e/ou		120.518	115.214	113.009	112.951	118.840	133.019
florestas	Área	1.623.220	1.433.854	1.408.103	1.345.539	1.348.615	1.481.043
	Estab.	9.392	13.986	26.230	37.223	66.861	46.875
Plantadas	Área	128.333	194.246	374.047	564.124	561.549	621.123

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

Analisando sob a ótica das áreas, podemos notar quais das utilizações das terras possuiu maior amplitude territorial. Porém, ao analisarmos sob a ótica dos estabelecimentos podemos notar quais das utilizações das terras é mais frequente, ou seja, mais presente dentro da produção agropecuária.

Quando olhamos para a área explorada no Estado, nota-se que as pastagens naturais ocupam a maior parte durante o período estudado, representado cerca de 26%. Enquanto que as lavouras permanentes ocupam a menor parcela até o censo de 2006, ficando com pouco mais de 1% em média. Já se analisarmos de maneira ampla as três categorias, nota-se que as áreas ocupadas com pastagens perdem espaço para áreas ocupadas com matas, a partir do último censo. Isso é justificado pela substituição das pastagens por áreas com plantio de árvores para extração vegetal (TABAJARA, 2016).

Em parte, existe uma relação direta entre a redução das áreas de pastagens e a ampliação das áreas de matas. No caso das matas plantadas, por exemplo, é certo que a partir dos anos de 1980 houve grande expansão da área com pinus em áreas tradicionais de pastagens naturais/naturalizadas. Um pouco depois disso passou a ocorrer também expansão do plantio de eucalipto em áreas de pastagens. Neste caso, também em pequenas propriedades, fazendo com que em 2014 a área plantada com essas duas espécies florestais alcançasse 1,023 milhão de hectares, sendo que apenas o eucalipto representava 36% desse total. (TABAJARA, M. 2016 pg 19)

Já quando analisamos os estabelecimentos, nota-se que a maior parte dos estabelecimentos trabalha com lavouras temporárias, representando em média 91% dos estabelecimentos. Lavouras temporárias abrangem áreas de plantio de culturas de curta duração, normalmente inferior a um ano, e que após a colheita destroem-se as plantas. São consideradas lavouras temporárias também as áreas com horticultura, e que se encontram em descanso. Esta forte presença das lavouras temporárias nos estabelecimentos agropecuários catarinenses corrobora para a ideia que esta economia está amplamente ligada a agricultura familiar.

Mas é, sem dúvida, na esfera produtiva que os dados do novo censo revelam a grande contribuição da agricultura familiar. Além de ser responsável por mais de 60% do valor da produção, destaca-se o peso deste sistema produtivo na maioria dos produtos vegetais (arroz, feijão, mandioca e milho) [...]. (MATTEI, 2010, pg 13)

Outras duas categorias muito presentes nos estabelecimentos são as pastagens naturais e as florestas naturais. As pastagens naturais aparecem, em média, em 54% dos estabelecimentos, sendo estas campos naturais utilizados para o pastoreio e animais existentes nos estabelecimentos. Já as florestas naturais aparecem, em média, em 56% dos estabelecimentos. As florestas naturais compreendem as áreas utilizadas para proteção ambiental, extração vegetal, inclusive áreas com mato ralo, que foram utilizadas ou não para pastoreio de animais.

4.4 USO DA TECNOLOGIA

No mundo atual, o acompanhamento das preferências de consumo maximiza as possibilidades por conta dos índices pretendidos. Mesmo não havendo uma interligação momentânea com o campo assim que proferimos a palavra tecnologia, podemos e devemos entender que ela caminha lado a lado com a agropecuária nos dias de hoje. A melhor utilização dos fatores de produção para adquirir maior produtividade não acontece somente longe do campo. A utilização de maquinário moderno, química de ponta, sistemas de irrigação automatizados e até drones é real. O campo absorveu as tecnologias e hoje é fator gerador de muitas delas, pois existem setores ligados ao agrobusiness que tem total foco no desenvolvimento de novas tecnologias para o campo.

A economia brasileira passou por diversas transformações, que levaram a integração de vários segmentos produtivos nacionais. Toda essa evolução acarretou em uma expansão urbana e industrial de tal modo que elevou de maneira significativa a demanda interna por produtos rurais. Da mesma forma, com o aumento da população urbana, a demanda por produtos industrializados e de qualidade aumentava. Isso impulsionou políticas que deveriam incentivar o crescimento tanto da produção rural quanto da produção industrial, de maneira que fossem eficientes para suprir o mercado interno. Ao mesmo tempo era necessário a liberação da mão-de-obra para as atividades urbanas, e isso só seria possível com maior mecanização do meio rural, tornando-se assim mais moderno.

Na década de 1970, o setor agrícola brasileiro assumiu uma nova e importante função. Além de produtor de alimentos e matérias-primas, também começou a absorver parcela da indústria de maquinários voltados à agricultura. A política de crédito rural, subsidiada pelo governo, tinha como finalidade a modernização do setor agropecuário brasileiro. Esse processo trouxe consigo uma alteração na estrutura industrial, ocasionando avanços tecnológicos e a internacionalização da economia. (PERTILE, N. 2008. pg 123)

Desta forma, surge então um novo padrão agrícola, orientado por uma integração vertical, tendo como objetivo o aumento de produtividade. A utilização de tecnologia no meio rural é uma das principais formas de aumentar a produtividade no campo. Utilizar ferramentas que possibilitam extrair mais com os mesmos recursos. A introdução de tecnologias pode ser relacionada ao processo de industrialização que ocorre na agropecuária, principalmente a partir dos anos 60 (SEPULCRI & PAULA, 2008). Desta forma, cada vez mais a agricultura, por exemplo, se desvincula de suas condições naturais, e se torna mais dependente da indústria. Isso pode ser observado com o aumento da utilização de insumos, como fertilizantes, inseticidas, fungicidas, maquinaria e outros (KAGEYAMA, 1997).

A atividade agrícola deixou de ser uma fornecedora de alimentos naturais e consumidora de seus próprios produtos, tornando-se uma atividade integrada aos setores industriais e de serviços. Atualmente, os principais insumos consumidos pela agricultura, tais como máquinas agrícolas, fertilizantes, rações, agrotóxicos, etc., são frutos da expansão dos setores industriais especializados em produtos para a agricultura. A agricultura se transformou em um ramo da produção semelhante ao da indústria, passando a adquirir determinados insumos e a produzir matérias-primas para a agroindústria. (SEPULCRI & de PAULA, 2008)

O processo de modernização é constante, levando a busca contínua de medidas que avançam os conhecimentos técnicos e científicos. Na agropecuária esta busca pode ser observada através da utilização de fertilizantes e defensivos químicos, por exemplo, apresentados nas tabelas 7 e 8.

Tabela 7 - Estabelecimentos com uso de adubação, por produtos utilizados - Santa Catarina

Variáveis selecionadas	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Total de estabelecimentos	69.130	87.015	133.288	157.441	171.949	141.065

Químico	29.251	73.172	113.432	132.809	155.261	146.676
Orgânico	31.394	31.185	57.171	155.464	97.749	100.514
Outros	11.079	23.305	37.573	38.495	72.926	7.049

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

O uso de adubo, seja ele químico, orgânico ou de qualquer outro tipo é largamente utilizado desde os primórdios da agricultura. A adubação da terra é um dos meios mais baratos, em determinados métodos, para se obter uma terra fértil a longo prazo, mesmo com inúmeras safras passando pelo local. Ao longo das últimas três décadas podemos perceber, como a tabela 7 nos traz, que o crescimento na utilização de adubo em Santa Catarina aconteceu de maneira pujante. Mesmo que entre o censo de 1995 e de 2006 haja queda no número de estabelecimentos que utilizam adubos, se observarmos com relação aos censos anteriores a adubação vem sendo muito mais utilizado que há anos atrás. O crescimento do uso de adubos químicos se deu em maior escala que o crescimento de adubos orgânicos, o que condiz com o padrão atual de plantações. Se compararmos com o censo de 1970, podemos deduzir o crescimento de 79% na utilização de adubos químicos e somente 14% na utilização de adubos orgânicos (crescimento relativo no qual se leva em conta a variação do total de estabelecimentos). É importante salientar que em todo período houve um reforço na ruptura de uma agricultura que em 1970 utilizava mais adubo orgânico, para uma agricultura que utiliza para seu incremento produtivo aditivos químicos para adubação.

Tabela 8 - Uso de agrotóxicos nos estabelecimentos, segundo as variáveis selecionadas - Santa Catarina

Variáveis selecionadas	1975	1980	1985	1995/96	2006
Total de estabelecimentos	206.505	218.159	234.973	203.347	193.663
Não utilizou	25.606	20.537	33.266	9.663	63.892
Utilizou	180.899	195.622	201.707	193.684	129.771

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

O quadro acima nos traz uma possível tendência que vem ganhando força nos últimos anos. Enquanto o número de estabelecimentos analisados, caso tracemos uma linha de tendência, se mostra estável, podemos captar que a utilização de agrotóxicos apresentou uma

vertiginosa queda nos últimos dez anos, chegando ao menor patamar desde o censo de 1975. A discussão de alimentos orgânicos, a qual ganha força nos últimos anos nas principais mídias do país, e a agricultura catarinense com alto foco em produção familiar, podem ser parâmetros que contribuíram para tal queda no uso de agrotóxicos.

Além da utilização de adubos e defensivos que impactam na produtividade final da agropecuária, outro aspecto muito importante a ser analisado é o nível de mecanização apresentado pelo espaço rural. As tabelas 9, 10 e 11 exploram com os dados dos censos como o Estado de Santa Catarina se desempenhou no decorrer das últimas décadas nestes aspectos.

Tabela 9 - Uso de força de tração animal e/ou mecânica utilizada pelos estabelecimentos - Santa Catarina

Variáveis selecionadas		1985	1995/96	2006
Total de estabelecimentos		234.973	203.347	193.663
Tipo	Animal	168.605	141.134	41.600
	Mecânica	81.439	93.535	60.400
	Animal e mecânica	-	-	47.540

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

Ao analisar a utilização de força nos estabelecimentos foi necessário um ajuste, captando apenas os dados dos últimos três censos, devido as mudanças ocorridas na metodologia e na apresentação destes dados. Nota-se, por exemplo, que no ano de 2006 diferente dos anos anteriores é feita a separação entre os estabelecimentos que utilizam apenas um tipo de força e os estabelecimentos que utilizam as duas. Em aspectos gerais, a análise destes censos mais recentes demonstra a crescente substituição da utilização da força animal pela força mecânica, uma vez que não somente houve um crescimento da utilização da força mecânica, como também houve uma queda na utilização da força animal.

Ou seja, os dados apresentados na tabela 9 reafirmam que a agropecuária cada vez mais esta interligada com a utilização de máquinas e equipamentos, e que a mecanização é crescente. Dados que acompanham a tendência não somente regional, mas no aspecto global da modernização crescente dos meios produtivos.

Tabela 10 - Meios de transporte utilizados pelos estabelecimentos - Santa Catarina

Variáveis			1970	1975	1980	1985	1995/96	2006	
Total de estabelecimentos			207.218	206.505	218.159	234.973	203.347	193.663	
Veículos	Caminhões	Est.	2.483	2.236	5.183	4.608	5.661	8.033	
		Qtd.	2.710	2.550	5.917	5.226	6.956	9.804	
	Tração mecânica	Utilitários	Est.	11.277	16.369	20.143	16.507	21.585	19.778
			Qtd.	11.555	17.590	21.784	17.397	24.342	24.868
		Reboques	Est.	1.054	5.086	24.531	16.534	25.550	9.006
			Qtd.	1.177	5.566	27.159	18.138	29.487	10.682
	Tração animal		Est.	121.179	127.581	127.878	127.714	95.305	46.432
			Qtd.	142.562	147.039	154.607	149.874	117.652	57.950
	Embarcações		Est.	-	459	670	494	835	333
			Qtd.	-	587	754	542	927	436

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

Com os dados demonstrados pela tabela 10, fica evidente a substituição crescente da utilização de força mecânica pela força animal, corroborando com a tabela 9. Fica perceptível o aumento na utilização de caminhões e reboques principalmente, por parte dos estabelecimentos. Apesar de 2006 apresentar uma queda na utilização de reboques, mesmo assim continua apresentando considerável aumento a partir dos anos 80. Já a utilização de caminhões demonstra constante crescimento por todo o período. A utilização de utilitários tem leve aumento, mas de modo geral se mantém durante o período.

A utilização de tração animal ainda tem grande representatividade, porém comparando o volume de 2006 com o de 1970 a quantidade foi reduzida em praticamente 60%. Na contra

mão da tração animal, a utilização de caminhões foi a que apresentou maior evolução, tendo seu volume mais que triplicado, comparando os dados de 2006 com os dados de 1970.

Tabela 11 - Tratores existentes nos estabelecimentos, por potência - Santa Catarina

Variáveis selecionadas		1970	1975	1980	1985	1995/96	2006	
Total estabelecimentos		207.218	206.505	218.159	234.973	203.347	193.663	
Total	Est.	5.196	13.248	27.501	38.038	51.256	57.249	
	Qtd	6.063	15.641	33.105	46.435	63.148	69.884	
Potência	Menos de 100 CV	Qtd	5.908	15.026	31.893	44.779	59.740	60.326
	De 100 CV e mais	Qtd	155	615	1.212	1.656	3.408	9.558

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

Nota-se um aumento considerável na utilização de tratores no decorrer do período. No censo de 1970, por exemplo, o total de estabelecimentos que possuíam tratores representava 2,51% do total de estabelecimentos, enquanto que no censo de 2006 a utilização de tratores está presente em 29,56% dos estabelecimentos. Sendo que durante todo o período apresenta uma linha crescente. Um ponto interessante é que, mesmo com um grande aumento na utilização de tratores, a proporção de tratores de menor potencia se mantém praticamente a mesma na maior parte do período, ficando os de menor potência com maior utilização, representando em média 96% do total utilizado. Apenas a partir do ano de 2006 que ocorre uma mudança, ficando os tratores de menor potencia com 86% do total.

A maior utilização de tratores de menor potencia corrobora com a ideia apresentado na seção 4.1 de que na agropecuária catarinense se destacam as pequenas propriedades, e as produções familiares. A dificuldade topográfica apresentada pelo Estado pode ser um dos pontos que justificam essa maior utilização de tratores de menor potência, uma vez que essa estrutura dificultam a concentração de terras para produção de maior escala. Essa dificuldade topográfica impacta sobre a utilização de máquinas e equipamentos no processo produtivo, que são base para ganhos em larga escala.

Acompanhar os avanços tecnológicos tornou-se fundamental para as agroindústrias, uma vez que necessitam, também, acompanhar as evoluções que ocorrem no mercado consumidor. Essa pressão do mercado consumidor sofre pressões não somente do mercado interno, como também do mercado externo. Desta forma, os produtores devem introduzir e acompanhar as

inovações produtivas, havendo desta forma uma ligação, cada vez mais crescente, entre tecnologia e alta produtividade.

4.5 PRODUÇÃO DA PECUÁRIA

A produção da pecuária é um dos destaques dentro da agropecuária catarinense. Ficando em evidência a produção de suínos e de aves. Porém estes segmentos passaram por grandes transformações para além do período estudado. A partir da década de 50, por exemplo, o setor agropecuário brasileiro passa a fazer parte e depender de um conjunto maior de atividades, convertendo-se aos poucos num subordinado à indústria. A partir de década de 70 o produtor familiar vai gradativamente deixando de ter maior diversidade em sua unidade produtiva e passa a se especializar em uma ou mais atividades da qual depende a maior parte de sua renda, passando, desta forma, a integrar as agroindústrias do país (PERTILE, 2008).

Mas não apenas o cenário produtivo passava por grandes mudanças, como também o padrão de consumo da população, “isso significou também mudança nos hábitos alimentares de uma população que, em grande parte, passou de produtora a consumidora” (PERTILE, 2008). Desta forma, a agropecuária junto com a indústria passou a acompanhar estas mudanças, de forma que atendessem as novas necessidades da população, criando assim novos mercados consumidores e abertura para a criação de novos produtos por parte da indústria.

Estas mudanças nos hábitos alimentares trouxeram consigo mudanças estruturais na forma de utilização da produção de suínos, por exemplo.

Aqui, deseja-se ressaltar a relação entre as mudanças nos hábitos alimentares da população brasileira com o crescimento da produção de carnes de aves e suínos e a substituição de gorduras animais, como a banha, por produtos de origem vegetal. E, nesse processo de mudanças, ocorre a firmação da produção agroindustrial e das agroindústrias do Oeste de Santa Catarina. (PERTILE, N. pg 124, 2008)

Dentro das principais mudanças nos hábitos alimentares estão o aumento no consumo de carnes e a substituição da utilização de gordura de origem animal por gordura de origem vegetal. A maior especialização na produção de soja para exportação fez com que houvesse

um aumento também na produção de óleo de soja e margarina, e derivados. Desta forma estes produtos foram introduzidos no consumo de forma a substituir a utilização de produtos de origem animal. Já o aumento no consumo de carnes está ligado “a necessidade do brasileiro de mostrar certa ascensão social, especialmente para grande parte da população que sempre viveu à margem do consumo” (PERTILE, 2008). Dando abertura assim para o aumento no consumo de congelados e enlatados, por exemplo. Com isso ocorre grande abertura para o crescimento acelerado das agroindústrias presentes no Estado, principalmente no oeste catarinense.

Com a substituição da gordura animal pela vegetal foi necessário um ajustamento na produção de suínos, muito presente dentro do Estado, para se ajustar ao novo perfil da demanda catarinense. Desta forma, inicia-se um processo de substituição da produção de suínos não mais para gordura, e sim para o consumo de carne.

Através da tabela 12 é possível analisar as mudanças ocorridas na pauta da produção da pecuária catarinense a partir de 1970.

Tabela 12 - Efetivo da pecuária em 31.12 - Santa Catarina

Variáveis		1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Bovinos	Estab.	173.363	179.280	186.057	199.472	179.319	147.338
	N. cabeça	1.955.228	2.236.830	2.615.629	2.742.896	3.097.351	3.126.002
Equinos	Estab.	97.337	81.894	68.550	66.136	54.385	35.566
	N. cabeça	189.004	157.444	141.455	143.268	127.483	80.579
Caprinos	Estab.	9.655	-	6.786	6.500	3.420	2.802
	N. cabeça	56.212	-	48.621	42.869	23.253	40.411
Ovinos	Estab.	13.763	-	10.538	10.952	10.637	7.906
	N. cabeça	148.091	-	144.404	159.095	202.694	194.819
Suínos	Estab.	164.033	163.803	166.653	177.895	130.819	82.324
	N. cabeça	3.145.337	3.505.778	3.896.822	3.185.301	4.535.571	6.569.714

Aves (1)	Estab.	180.748	186.671	185.617	196.894	161.133	111.362
	N. cabeça	12.699.471	25.631.599	43.597.654	54.051.203	85.657.000	216.414.197
Outras aves (2)	Estab.	60.729	48.036	48.335	44.557	29.819	19.084
	N. cabeça	1.060.926	1.065.398	2.884.713	3.072.967	5.891.000	5.901.211
Coelhos	Estab.	1.959	1.823	2.544	-	-	2.052
	N. cabeça	15.839	23.176	55.563	-	-	33.814

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE. Nota 1- galinhas, galos, frangas, frangos e pintos 2 - patos, gansos, marrecos, codornas, perus, faisões, perdizes, avestruzes e outras aves não especificadas.

Através dos dados apresentados pelos censos fica evidente o destaque produtivo de aves e de suínos. Nestes dois casos específicos, nota-se considerável aumento na produtividade, uma vez que além de apresentar um grande aumento no volume de cabeças, ocorreu de maneira inversa uma diminuição no número de estabelecimentos. No caso avicultura fica mais evidente, ocorrendo um aumento de 17 vezes o volume de cabeças de 1970 para chegar no total de 2006, enquanto que os estabelecimentos a partir de 1985 apresentaram grande diminuição. Já no caso dos suínos a produção de 2006 comparada a de 1970 dobrou enquanto que o número de estabelecimento se reduziu pela metade.

Estas amplas mudanças demonstradas pelos últimos censos deixam evidente a concentração dentro da produção da pecuária catarinense e o grande aumento de produtividade apresentada pela mesma.

Na agricultura, as máquinas, os insumos e as novas técnicas de produção elevam a produtividade do trabalho, permitindo que um número cada vez menor de pessoas produzam a mesma (ou maior) quantidade de mercadorias, como acontece no caso da suinocultura. Nos últimos anos, embora a produção tenha se elevado, houve redução no número de produtores de suínos. Isso não significa que em outros setores do “agronegócio da suinocultura” o número de empregos não tenha se mantido (ou aumentado), mas na agricultura diminuiu, mesmo em um sistema em que predomina a produção familiar. (NUNES, S. P. 2007 pg 6)

Os motivos que levaram a esta concentração podem ser encontrados principalmente por dois aspectos: apenas uma parte dos produtores conseguiu se enquadrar dentro das exigências, cada vez maiores, das agroindústrias; a falta de capacidade do Estado para produzir o milho necessário para o suprimento desta produção.

O processo de modernização agrícola imposto nos anos 1970 evoluiu para uma produção ainda mais intensiva nos anos 1990. Processo esse que também teve seus reflexos na produção dentro das propriedades agrícolas integradas às agroindústrias catarinenses. Apenas parte dos pequenos produtores conseguiu ser incluída no processo, os demais foram excluídos por não se adaptarem às exigências das empresas. Os produtores inseridos associaram-se ao capital industrial por meio do sistema de integração e, apesar de perderem o controle do processo produtivo, conseguiram reproduzir-se como pequenos produtores. (PERTILE, N. pg 130, 2008)

A produção da pecuária catarinense tem como base a pequena propriedade onde os produtores familiares possuem a força de trabalho, as terras e parte dos meios de produção necessários. Estes, uma vez subordinados ao capital necessitam se enquadrar nos padrões exigidos. No caso da produção de aves e de suínos, destaques produtivos do Estado, ocorre a exigência constante de melhoramento de equipamentos, juntamente com a evolução genético investido por parte das agroindústrias.

Outro ponto importante levantado é a falta de capacidade, por parte do Estado, de produzir o insumo necessário para a criação de aves e suínos, o milho. Levando, desta forma, as agroindústrias a procurarem outros Estados que possuíssem melhor oferta de milho para suas produções. Esta característica não afetou de maneira marcante a redução no número de produtores, mas reduziu a proporção de destaque que o Estado possuía perante os demais Estados brasileiros.

No caso do milho, a redução de área combinada ao aumento de consumo pela avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite não apenas inviabilizou o “sonho” de décadas e de várias administrações públicas estaduais de autossuficiência do produto como, ao contrário disso, ampliou o déficit estadual de milho. Este foi um dos aspectos que contribuiu para que as agroindústrias do complexo de carnes buscassem outras regiões para realizar as suas integrações para a expansão da produção de frangos e suínos. [...] Embora o abate catarinense desses animais tenha crescido e o estado persista como grande produtor nacional (1º produtor de suínos e 2º produtor de frangos), é evidente que atualmente a sua participação relativa é muito menor do que já foi e que os maiores crescimentos da produção estão nos estados em que a oferta de milho e soja são mais abundantes. (TABAJARA, M. 2016 pg 21)

Todas estas transformações ocorridas na pecuária catarinense no decorrer dos anos, como a concentração de produção, as mudanças tecnológicas, os melhoramentos genéticos dos animais reprodutores, são características que firmaram a competitividade de Santa Catarina perante os demais estados brasileiros nesta produção, sendo este um dos mais competitivos do país neste segmento. A especialização e a evolução na produção de suínos e de aves possibilitaram às indústrias no oeste catarinense consolidação não só no mercado interno, como também, no mercado externo.

4.6 PRODUÇÃO VEGETAL

No que diz respeito a produção agrícola catarinense, a mesma apresenta uma pauta produtiva mais diversificada, se comparada com a pecuária. A produção agrícola, também, está mais distribuída pelo território do Estado, sendo algumas regiões mais especializadas em alguns produtos que outras. Em algumas regiões do Estado, por exemplo, predominam a produção familiar de menor escala, já em outras a produção agrícola está altamente ligada a vasta extensão de terras para o seu desenvolvimento. A produção agrícola tem características peculiares, de estar presente por todo o Estado, por exemplo, mas em algumas regiões tem um perfil mais diversificado, e em outras ela cede espaço para maior destaque dos setores industrial e de serviços (FEPESSE, 2016).

Tabela 13 - Posição e participação da produção vegetal de Santa Catarina no Brasil – 2015

Produtos vegetais	Brasil		Santa Catarina	
	Toneladas	Toneladas	Partic. no BR (%)	Posição no BR
Maçã	1.264.651	613.828	48,5	1º
Cebola	1.445.989	339.451	23,5	1º
Pera	21.160	6.804	32,2	2º
Fumo (em folha)	867.355	255.952	29,5	2º
Palmito	109.409	23.631	21,6	2º
Arroz (em casca)	12.301.201	1.081.537	8,8	2º
Erva-mate (folha verde)	602.899	91.349	15,2	3º
Alho	117.272	17.452	14,9	3º

Pêssego	216.241	21.700	10,0	3°
Cevada (em grão)	186.285	6.241	3,4	3°
Banana	6.844.491	710.183	10,4	4°
Uva	1.497.302	69.118	4,6	5°
Trigo (em grão)	5.508.451	131.518	2,4	5°
Caqui	192.327	3.581	1,9	6°
Feijão (em grão)	3.090.014	138.776	4,5	7°
Tomate	4.187.729	180.486	4,3	7°
Batata-inglesa	3.867.681	125.971	3,3	7°
Milho (em grão)	85.284.656	3.076.480	3,6	8°
Maracujá	694.539	23.956	3,4	8°
Tangerina	999.686	12.419	1,2	9°
Melancia	2.119.559	53.765	2,5	11°
Soja (em grão)	97.464.936	2.000.323	2,1	11°
Mandioca	23.059.704	423.706	1,8	12°
Laranja	16.746.247	47.880	0,3	12°

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal/Pesquisa Trimestral do Abate de Animais/Pesquisa Pecuária Municipal.

Através dos dados fornecidos pela FIESC, onde apresenta a posição do Estado perante o Brasil na produção vegetal, fica evidente o destaque para as produções de maçã e de cebola. No caso destes produtos Santa Catarina é o que tem a maior produção dentro do país, ficando a maçã com uma participação na produção nacional de 48,5% e a cebola com uma participação de 23,5%. As regiões do Estado em que a produção de maçã se destaca são a região Oeste e a região Serrana. Já a produção de cebola faz parte da característica produtiva do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis (FEPESE, 2016). Além da maçã e da cebola, Santa Catarina tem grande destaque dentro da produção nacional também na produção de pêra, fumo, palmito, arroz, erva-mate, alho, pêssego e cevada, por exemplo.

Com a tentativa de analisar e relacionar com os dados apresentados na seção 4.5, a tabela 14 traz os dados referentes as produções de milho, soja e arroz dos últimos seis censos agropecuários.

Tabela 14 - Produção principais produtos da lavoura temporária - Santa Catarina

Variáveis selecionadas	1970	1975	1980	1985	1996	2006	
Milho	Est.	175.981	171.709	179.294	193.983	151.075	105 586
	Quant. (t)	1.197.587	1.661.604	2.017.999	1.942.966	2.305.140	4 110 184

	Área (ha)	672.156	728.929	877.716	850.628	754.966	886 463
	Est.	40.253	56.389	59.157	59.067	9.980	9 860
Soja	Quant. (t)	58.121	270.870	529.427	519.730	408.861	714 115
	Área (ha)	90.633	263.876	427.996	403.530	167.680	264 446
	Est.	89.383	102.957	90.570	93.099	46.462	8 030
Arroz	Quant. (t)	181.808	207.654	247.450	327.633	497.445	846 378
	Área (ha)	116.218	119.441	111.852	120.350	111.441	132 894

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados retirados dos Censos Agropecuários – IBGE.

A produção de milho e soja, apesar de não se destacarem tanto perante a produção nacional, são os vegetais que possuem maior volume produzido. Observa-se que a produção de milho ocupa a liderança do volume produzido tanto na tabela 14 como também na tabela 13, com considerável margem. Em seguida vem a produção de soja, a qual teve grande expansão durante o período, principalmente se compararmos a produção de 2006 com a de 1970.

Fica evidente com os dados apresentados pelos censos, que a ideia citada na seção anterior de que a diminuição na produção de milho acabou afetando a produção da pecuária, de forma que acarretou na diminuição de estabelecimentos produtores. Nota-se, através da tabela 14, que ocorre uma diminuição na quantidade produzida e na área plantada de soja e de milho a partir de 1985 até o censo de 2006, onde há considerável aumento. Mesmo período que ocorre a diminuição de estabelecimentos produtores de aves e suínos. Além disso, comparado o volume produzido entre o ano de 2006 e o ano de 2015, apresentado na tabela 13, fica perceptível que a produção de soja vem ganhando espaço, enquanto a produção de milho teve considerável queda.

A produção vegetal catarinense apresenta uma gama de produtos muito mais variada que no caso da pecuária, por exemplo, e muito mais disseminado pelo Estado. Através dos dados encontrados nas tabelas 13 e 14, fica evidente que a produtividade catarinense tem progredido substancialmente, destacando-se mais alguns produtos, enquanto outros vão cedendo espaço, como no caso do milho. Essas mudanças de produtividade acompanham as tendências que o Estado passa, acompanhado de avanços tecnológicos, como maior utilização de máquinas e equipamentos, por exemplo, que possibilitam este aumento de produtividade. Mesmo sendo baseada em uma economia de produção familiar, a mecanização é crescente, também dentro da produção vegetal. Investimentos por parte do governo e das indústrias locais também possibilitam maior instrução dos pequenos produtores, para melhorarem suas atividades

produtivas. As instituições públicas desempenham fundamental papel dentro deste processo de melhoria na qualidade e na quantidade produzida, auxiliando e direcionando pesquisas com o objetivo do crescimento da economia do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agropecuária de Santa Catarina apresenta traços singulares, como a predominante produção familiar, as pequenas propriedades e a diversidade de produtos cultivados. A produção familiar, por exemplo, destaca-se mais no oeste catarinense, mas está presente por todo o Estado. Apresenta grande competitividade em muitos setores produtivos, ficando os destaques para as produções de suínos, aves e maçã, perante o mercado nacional e internacional.

Com o objetivo de identificar como o Estado de Santa Catarina desempenhou dentro da produção agropecuária, foram analisados os censos agropecuários disponibilizados pelo IBGE. Foram utilizados como base da pesquisa seis censos, que vão dos anos 1970 até 2006, quando foi realizado o último censo. Dentro dos dados captados pelos censos identificaram-se os dados sobre os estabelecimentos agropecuários, dados sobre os proprietários dos estabelecimentos, dados sobre o pessoal ocupado, sobre a utilização de terras, utilização de tecnologia, dados sobre as produções da pecuária e vegetal.

Ao analisar os estabelecimentos agropecuários fica evidente, por meio dos dados apresentados pelos censos, que o número de estabelecimentos agropecuários no Estado cresceu até os anos 1980. Após 1985 o número de estabelecimentos passou por considerável redução levando, desta forma, a maior concentração na produção agropecuária catarinense. Mas mesmo com este aumento de concentração, perante os demais estados brasileiros, Santa Catarina é o que apresenta o menor grau de concentração de terras. O Estado tem características que o diferenciam dos demais Estados brasileiros, como a produção baseada na pequena propriedade, produção familiar, e não produção em grande escala.

Quanto ao pessoal ocupado, a característica de maior relevância retirada dos dados foi a exclusão de pessoas do campo, o crescente êxodo rural. Esta característica, somada ao aumento de pessoas acima de 14 anos no campo, demonstra as grandes mudanças que vem ocorrendo no meio rural catarinense. O motivo que leva a saída de pessoas do meio rural não está ligado apenas a características exclusivas do campo, mas também a uma transformação crescente pela qual o país passou nas últimas décadas. A crescente evasão do campo para o meio urbano foi uma necessidade para o desenvolvimento das indústrias, por exemplo, e isso pôde ser proporcionado pela maior utilização de equipamentos e uso de tecnologia. Desta forma, conseqüentemente, acaba ocorrendo também o envelhecimento da população rural, uma vez que quem sai do campo são jovens.

Através dos censos também foi analisado como foi feita a utilização das terras no Estado. De modo amplo, a utilização das terras se divide em três grandes grupos, sendo estes as lavouras, as pastagens e as matas. Analisando a área total utilizada, o destaque fica para as pastagens naturais. A partir do último censo, no ano de 2006, as matas e florestas ganham destaque, ficando com a maior área, e isso pode ser justificado pela substituição das pastagens por áreas com plantio de árvores para extração vegetal. Já analisando a proporção pelo total de estabelecimentos, a lavoura temporária é a mais presente, corroborando assim com a ideia de que na produção agropecuária catarinense a produção familiar é representativa.

Mesmo que quando falamos de agropecuária não remeta automaticamente à tecnologia, ela está altamente ligada com o campo, estando cada vez mais difundida neste meio. A expansão urbana levou a necessidade do aumento tecnológico do campo, para poder liberar mão-de-obra, e da mesma forma foi necessário para suprir os novos padrões de consumo. Através dos dados foi percebido um aumento no uso de adubos, principalmente dos adubos químicos. Já a utilização de agrotóxicos, por exemplo, apresentou queda no período.

Analisando a utilização de força, os censos apresentam crescente substituição da utilização da força animal pela mecânica. Apresenta, também, um aumento considerável na utilização de caminhões e na utilização de tratores. A utilização de tratores, por todo o período estudado, é em maior parte por tratores de menor potência, o que reafirma a ideia de uma produção de menor escala presente no Estado. A tendência é de que cada vez mais a agropecuária catarinense está integrada as indústrias e necessitam acompanhar os avanços tecnológicos exigidos pelas mesmas.

Partindo para produção da pecuária, a qual é destaque produtivo dentro da economia do Estado, tendo com proeminente a produção de suínos e de aves. O segmento da pecuária, cada vez mais, é subordinado à indústria, transformando inclusive a produção familiar, que deixa de ser uma produção de pequena escala mais diversificada e passa a focar em um ou dois produtos. No decorrer das transformações pela qual a economia como um todo passou, a criação de suínos foi se modificando, de forma que antes era voltada para a produção de banha, e hoje, após grande expansão na produção de soja e a implementação de produtos de origem vegetal no consumo, a criação de suínos é muito mais voltada para a produção de carnes. Através deste processo ocorre a consolidação do oeste catarinense como destaque produtivo dentro da pecuária. Olhando para os dados das últimas décadas, fica evidente como a produção de suínos e de aves sobressai os demais. Mais que isso, apresenta um grande aumento de produtividade destes animais, proporcionado pelos avanços genéticos investidos pelas agroindústrias locais. Além do grande aumento na produtividade destes animais, os

dados demonstram grande concentração nesta produção por parte dos estabelecimentos, principalmente na última década.

A produção vegetal catarinense apresenta uma gama diversificada de produtos, e que está mais presente por todas as regiões do Estado. Os destaques produtivos ficam para a maçã e para a cebola, que em 2015 ocuparam maior destaque dentro da produção nacional. Outra característica interessante fica com o milho e a soja, ambos possuem o maior volume produtivo dentro do Estado na produção vegetal, onde é crescente a expansão da soja, e cada vez mais o milho vem cedendo espaço.

A agropecuária catarinense cumpre seu papel no reforço da economia do Estado, sendo pioneira nas produções de suínos, maçã e cebola, por exemplo. Apresenta uma gama de produtos que proporciona á economia do Estado base para o desenvolvimento não apenas no meio rural, mas também outros setores, principalmente a parte interligada a indústria. No decorrer do período estudado Santa Catarina passou por diversas mudanças em sua estrutura produtiva, em alguns casos no sentido contrário as transformações pela qual o país passava, sendo assim uma estrutura singular. De modo geral, o Estado apresentou aumento considerável de produtividade, e grandes avanços tecnológicos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. F. C.; SCHUH, G. E. *Desenvolvimento econômico e o papel da agricultura*. In: ECONOMIA e administração agroindustrial. Piracicaba: DESR/ESALQ, 1995.

BACHA, C. J. C. *Economia e política agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2004.

CEPA / EPAGRI (2016) Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/> > Institucional, acesso em 26 nov 2016.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural. Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br/>>Institucional. Acesso em 12 nov 2017.

FACHINELLO, A. L; SANTOS FILHO, J. I. Agricultura e agroindústria catarinenses: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário. In: **A socioeconomia catarinense: cenário e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

FEPESE (2016) Portal da Economia de Santa Catarina. Disponível em <http://novosite.fepese.org.br/portaldeeconomia-sc/index.php?c=economia> > Institucional, acesso em 26 nov 2016.

FIESC (2017) Santa Catarina em Dados. Disponível em <http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_site_correto.pdf> Institucional, acesso em 12 nov 2017.

FURTUOSO, M. C. O.; GUILHOTO, J. J. M. Estimativa e mensuração do produto interno bruto do agronegócio, 1994 a 2000. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 41, n. 4, p. 803-827, out./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 25 nov de 2016.

GIL, A. C. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (2016) Economia. Disponível em <http://www.sc.gov.br/economia> > Institucional, acesso em 06 dez 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário: 1995-1996*, Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1997

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1997.

MATTEI, L. Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina. APEC, 2010. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/Novo%20retrato%20da%20agricultura%20familiar%20em%20Santa%20Catarina.pdf> Acesso em 12 nov 2017.

MAZOYER, M. ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

NUNES, S. P. O desenvolvimento da Agricultura brasileira e mundial e a ideia de desenvolvimento rural. DESER, 2007. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>> Acesso em 12 nov 2017.

PERTILE, N. Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91823/259514.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 12 nov 2017.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. IPEA Anais do I circuito de debates acadêmicos. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>> Acesso em 12 nov 2017.

TABAJARA, M. A agropecuária no Estado de Santa Catarina: cenário atual e principais tendências. Revista NECAT, 2016.

SEPULCRI, O. PAULA, N. A evolução da agricultura e seus reflexos na EMATER. EMATER, 2008.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Editora Atlas, 6ª Edição, 2010.